

RESENHA: POLÍTICA CULTURAL; FUNDAMENTOS

Bernardo Mata-Machado¹

É raríssimo o autor ser resenhista da própria obra. É até inconveniente, porque o texto pode descambar para um enfadonho discurso laudatório. Seria aceitável se o autor optasse por uma resenha apenas descritiva, mas nesse caso perde-se o que este gênero de texto tem de melhor, a análise e a crítica, que atijam (ou não) a vontade do leitor de frequentar a obra, seja um livro, um filme, uma peça de teatro, uma exposição ou qualquer outra expressão da cultura.

Todavia, é fato que prometi ao meu amigo José Márcio uma resenha sobre meu último livro: POLÍTICA CULTURAL: FUNDAMENTOS. E promessa é dívida. Para evitar o risco da louvação e obter um mínimo de distanciamento crítico, resolvi dividir-me em dois. De um lado o superego, o analista coletivo, de outro o ego, que aqui vai referido como “o autor”.

Para penetrar no âmago da obra vale conhecer um pouco da vida do autor, cujas experiências compõem um pano de fundo que facilita ao leitor compreender o porquê da multiplicidade de temas tratados, bem como de conhecimentos acionados para escrevê-la. A pretensão do autor foi nada menos do que cobrir o campo da Política Cultural por inteiro. Para tanto, lançou mão de uma gama de disciplinas, elencadas na Introdução: Administração Pública, Antropologia, Ciências da Comunicação, Ciência Política, Direito, Economia, Filosofia, História, Psicologia e Sociologia. Pretencioso, mesmo porque sua formação acadêmica é em História, com um mestrado em Ciência Política e um doutorado incompleto em Política, Sociologia e Antropologia, nada mais.

Entretanto, sua experiência em pesquisas na Fundação João Pinheiro (FJP), instituição à qual serviu durante 41 anos (+ dois de estágio), de alguma forma serve de justificativa para sua empreitada. Diferente da Universidade,

¹ Mestre em Ciência Política pela mesma universidade (1985) e graduado em História pela Universidade Federal de Minas Gerais (1976) e É pesquisador da Fundação João Pinheiro desde 1977, professor da Escola de Governo da Fundação João Pinheiro desde 2015 e Diretor de Cultura, Turismo e Economia Criativa da Fundação João Pinheiro. Na Ciência Política especializou-se em Política Cultural e como historiador na história econômica, política, social e cultural de Minas Gerais. E-mail: bernardomatamachado@gmail.com

a FJP se dedica exclusivamente à pesquisa aplicada, encomendada em geral por órgãos de governo (da União, Estados e Municípios) a fim de instruir a execução de políticas públicas em diversas áreas: administração, economia (indústria, agricultura, serviços), demografia, educação, meio-ambiente, planejamento urbano, saúde, segurança, turismo e até mesmo cultura. Para tanto, a FJP busca sempre trabalhar com equipes multidisciplinares e, quando falta uma especialidade que a Casa não dispõe, contrata consultores. Essa característica singular possibilitou ao autor conviver com cientistas sociais de diversas formações, como se deu, por exemplo, no planejamento das cidades históricas de Minas Gerais, tarefa que a FJP cumpriu, a partir de 1973, quando firmou convênio com o antigo MEC (IPHAN) + Unesco, para qualificar algumas cidades do Brasil, entre elas Ouro Preto, Parati e Salvador, para se tornarem destinos turísticos, com base nos atrativos do patrimônio histórico urbano. Além de assumir Ouro Preto e incluir a cidade de Mariana no programa, a FJP influenciou na metodologia nacional ao propor que fossem elaborados planos urbanísticos, que por si só exigem equipes multidisciplinares, envolvendo arquitetos, economistas, engenheiros sanitaristas e de transportes, geógrafos, historiadores, sociólogos, urbanistas e especialistas em barroco e restauração de bens do patrimônio histórico, entre outros profissionais. Posteriormente, a FJP aplicou a metodologia a outros destinos, entre eles São João del-Rei, Tiradentes, Congonhas, Diamantina e todo o vale do Jequitinhonha. Após a criação do Ministério da Cultura (separado da Educação), a FJP foi acionada diversas vezes por esse órgão federal para executar projetos de pesquisa, a maioria na área da Economia da Cultura.

No livro em questão, Bernardo aplicou os conhecimentos adquiridos na FJP nos capítulos 5 (Campos de produção da cultura: indústria cultural, campo erudito e cultura popular), 7 (Identidade, diversidade e patrimônio cultural), 9 (Conceitos fundamentais de economia da cultura) e 10 (Instrumentos de Fomento à Cultura).

Outra atividade do autor foi no teatro, como ator e diretor, funções que exerceu entre 1970 e 1985 e que lhe permitiram penetrar nos mistérios da Arte. Esse aprendizado refletiu-se nos capítulos 6 (Arte: origens, características, modos de produção e função social) e 11, que trata, entre outros assuntos, da Formação Artística. O autor defende a tese da primazia da educação artística, argumentando que esta, além de reforçar a função

cognitiva, envolve experiências emocionais. Em alguns casos, como no circo, na dança, no canto e no teatro, as artes acionam todo o corpo. Sendo assim, a educação artística tem o condão de formar a pessoa humana integral e por isso deveria fazer parte do ensino deste a pré-escola até o pós-doutorado. A educação para as artes contribui também para a formação de público para as atividades culturais. Aqueles que na infância experimentaram alguma forma de arte, incluindo a leitura de boas histórias, com certeza serão, no futuro, consumidores de cultura. Há casos em que a educação para as artes desperta o talento das pessoas, que demanda, para desenvolver-se e tornar-se vocação, o ensino em escolas especializadas.

Ainda na trilha das experiências do autor, é inegável a contribuição que deram para a feitura do livro suas passagens pela gestão cultural. No capítulo II (O cotidiano da gestão das políticas públicas de cultura) está sintetizada essa vivência, que se deu quando ocupou, sucessivamente, os cargos de Secretário Adjunto da Cultura de Belo Horizonte (1993-1996), Diretor do Centro de Cultura Belo Horizonte (1977-2000), Diretor de Equipamentos Especiais de Cultura e de Ação Cultural da Fundação Municipal de Cultura (2005-2008), Coordenador, Coordenador-Geral e Secretário Nacional (substituto) da Secretaria de Articulação Institucional do Ministério da Cultura (2009-2014) e Secretário Adjunto da Cultura do Estado de Minas Gerais (2015-2016). Essas passagens, além de dar-lhe uma visão ampla das atividades que envolvem a gestão cultural pública, permitiram-lhe também conhecer as dificuldades, demandas e capacidades de indivíduos, grupos, Organizações Não Governamentais e empresas vinculadas ao mundo privado da cultura, que costumam bater às portas do poder público em busca de apoio e parcerias.

Cabe elencar ainda algumas batalhas político-culturais que o autor enfrentou, destacando-se a luta contra a censura durante o governo militar e a defesa do sempre ameaçado patrimônio cultural de Belo Horizonte. No primeiro caso, é digno de menção o ano de 1978, quando duas ações políticas exigiram coragem: o enterro da Censura, que desfilou pelo centro da cidade até as escadarias da Igreja São José, onde o caixão foi depositado; e a Semana do Proibido, quando foram apresentadas, no teatro do Diretório Central dos Estudantes, obras censuradas da música, teatro e cinema brasileiros. Também é digna de menção a luta pela

preservação do Cine Metrópole, lugar onde fora construído, em 1906, o Teatro Municipal, depois transformado em cinema. A luta foi intensa, mas derrotada. O governo do Estado deixou que o cinema fosse demolido e colocado no lugar a agência de um Banco, exemplo de arquitetura de mau-gosto, em plena Praça do Teatro. Embora derrotada, a luta mobilizou vários segmentos sociais e colocou na agenda pública a defesa do patrimônio cultural de Belo Horizonte, cidade moderna que, naquela altura (1982), já se tornara uma senhora de 85 anos.

Mas como essas lutas influenciaram o livro? Pode-se dizer que elas deram o TOM de todo o livro, porque o autor se formou nas lutas pela democracia. Na Introdução há uma menção explícita às políticas culturais em regimes democráticos, que devem ser erguidas sobre o alicerce dos direitos culturais. E entre os direitos culturais figura em primeiro plano a liberdade de criação, como preconizada nos documentos internacionais de direitos humanos assinados pelo Brasil e na Constituição de 1988, que é analisada no capítulo 4 (Os Direitos Culturais na Constituição Brasileira).

Embora o autor tenha tido a pretensão de cobrir todo o campo da política cultural é possível encontrar no livro algumas pequenas lacunas que podem funcionar como estímulos à realização de novas pesquisas. Um exemplo está no capítulo 8 (Participação nas decisões de política cultural), onde o autor se debruça sobre os Conselhos de Cultura, mas se esquece de analisar as conferências. Também não há menção a sistemas de informação e indicadores culturais, tema espinhoso e até agora pouco pesquisado.

O maior estímulo a novas pesquisas situa-se no capítulo 9 (Conceitos Fundamentais de Economia da Cultura), quando trata das cadeias produtivas da cultura e seus elos: infraestrutura, criação, produção, distribuição (inclui promoção e circulação), comercialização e consumo. O capítulo trata desse tema de forma geral, mas não se aprofunda em nenhuma cadeia produtiva, tarefa que deverá ser cumprida por outras pesquisas. Sabe-se que cada uma das múltiplas e diversas cadeias produtivas das artes e do patrimônio cultural tem suas características específicas. Pesquisas continuadas são fundamentais para identificar eventuais dificuldades e potencialidades dessas cadeias, a fim de que a política pública de cultura possa contribuir para saná-las e fomentá-las.

COMO CITAR ESSE TEXTO

MACHADO, B. N. M.. Resenha: Política Cultural; Fundamentos. **Revista Boletim do Observatório da Diversidade Cultural**, Belo Horizonte, v. 100, n. 2, 2023. Disponível em: <https://observatoriodadiversidade.org.br/boletins/> Acesso em: [data].